

Texto do Convidado

Reforma agrária popular, educação do campo e o PET-Economia/Ufes

Renata Couto Moreira



Professora Doutora Renata Couto Moreira
Professora Associada do Departamento de
Economia

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
– Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Esta é uma história que começou há 20 anos, a partir de uma articulação entre o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e o professor coordenador e criador do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Reinaldo Carcanholo. Em 2005, nosso saudoso professor Carcanholo foi procurado pelo MST para estruturar um curso formal de especialização

para formação em economia política e questão agrária como espinha dorsal de um programa nacional de formação de dirigentes. Entendendo a necessidade de avançar e qualificar a atuação dos movimentos sociais populares na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, um grupo de docentes do Departamento de Economia se mobilizou para a realização de tal demanda. Entre estes, podemos destacar os professores Paulo Nakatani, Maurício Sabadini, Vinicius Pereira, Adriano Teixeira, entre outros, como o grupo inicial que aceitou o desafio de elaborar um ousado projeto para a realização de um curso de especialização *Lato Sensu* em Economia Política e Questão Agrária a ser ofertado às famílias do MST e a outros movimentos sociais populares do campo, que passavam a acessar o direito à educação universitária. Esta experiência pioneira viria a se transformar no atual curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário vinculado ao Departamento de Economia, incorporando mais docentes e conteúdos ao longo dos anos.

Com base nos preceitos da Educação do Campo como um direito fundamental, o curso se insere na compreensão mais ampla de que a reforma agrária é mais do que a conquista da terra. É também a construção de condições dignas de produção da vida na terra, o que inclui o acesso a

direitos humanos fundamentais, como o da educação. Não uma educação como estamos habituados nas cidades, mas sim, uma que integre as especificidades do trabalho e da vida no campo. E, portanto, uma Educação do Campo (CALDART *et al.*, 2012), já que a proposta não é sair do campo para poder ir para a escola reforçando o movimento histórico de êxodo rural, e sim garantir uma educação do campo como direito e não esmola. Neste sentido, a educação exige um processo de estudo teórico e práticas articuladas dentro de tempos que se harmonizam com a realidade da vida e a sazonalidade da produção agrícola entre outras atividades produtivas exercidas pelas famílias camponesas, nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária.

Desta forma, dentro de uma elaboração coletiva em construção de movimentos sociais populares do campo e agentes públicos, desde a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, a Educação do Campo vem consolidando uma nova proposta pedagógica, a Pedagogia da Alternância (DIAS *et al.*, 2021). Conhecida também como pedagogia do movimento (CALDART, 2004), o processo de ensino-aprendizagem nos termos de Freire (1983), se realiza em movimento, com o protagonismo das famílias trabalhadoras do campo e suas organizações, em momentos e espaços diversificados, porém, integrados em um processo único. Por um lado, a Pedagogia da Alternância inclui momentos de estudo teórico concentrados nos Tempos Universidade, orientados por docentes e assessorias. Nestes tempos, a turma se reúne de forma presencial para se aprofundar nos estudos de determinadas temáticas, realização de

aulas, seminários, debates e sínteses coletivas orientadas. Por outro lado, as práticas estabelecidas a partir dos estudos realizados acontecem nos Tempos Comunidade, intercalando os momentos de estudos com o trabalho de campo em suas comunidades de origem e movimentos sociais populares. Os conteúdos são atravessados por temas que remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais das famílias camponesas dentro do embate entre distintos projetos de agricultura, educação e sociedade, polarizados na história e atualidade da luta de classes. Nesta dinâmica, o comprometimento dos/as educandos/as com os processos de produção da vida no campo tem papel fundamental para avanços concretos na consciência e luta de classes, assim como, na construção de uma universidade comprometida com a transformação social.

É neste contexto, de ocupação da Universidade enquanto uma trincheira de disputa de projetos de educação e de sociedade, que o curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário estabelece uma perspectiva transformadora e comprometida com a função social da universidade. Desde a 1ª turma iniciada oficialmente em 2006, batizada com o nome de Ruy Mauro Marini, com a coordenação do professor Reinaldo Carcanholo, foi possível estabelecer uma interação com o PET-Economia/Ufes, com a realização de ações conjuntas nos Tempos Universidade, em uma profunda articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O sucesso desta experiência inicial concluída em 2009 com a formação de 31 estudantes, se desdobrou em outras 3 turmas. A

2^a, iniciada em 2009 e concluída em 2011, coordenada pelo professor Maurício Sabadini e batizada de Carlos Marighela, formou mais 29 estudantes. A 3^a e a 4^a, coordenadas por mim, foram batizadas respectivamente de Reinaldo Carcanholo e Vânia Bambirra. Todas em homenagem a estes e esta lutadora do povo. A 3^a turma iniciada em 2013 foi concluída em 2015 com 30 formandos/as, e a 4^a iniciada em 2019, concluída em 2021 com 28 formandos/as. Ao total, foram 118 beneficiários da reforma agrária de 15 estados da federação que obtiveram o título de pós-graduação e puderam dar continuidade aos estudos acadêmicos, assim como qualificar a sua atuação nos territórios, comunidades camponesas e suas organizações. Em todas as turmas foi possível estreitar e fortalecer ações integradas com os/as estudantes do PET-Economia/Ufes na realização de seminários, Jornadas Socialistas, debates, Teatros do Oprimido, Traduzindo o Economês, Noites da Cultura Camponesa, entre outras que ficaram marcadas na história de ambos os coletivos, constituindo-os enquanto sujeitos sociais em e de transformação.

Chegamos a 2025, após 20 anos, abrindo uma nova turma do curso de Especialização em Desenvolvimento Agrário, continuando o movimento iniciado de ocupação da universidade nesta história, dentro dos novos desafios que a conjuntura atual exige. Resgatar nossa história é importante para compreendermos quem somos e de onde viemos, no sentido de prepararmos os próximos passos. Esta relação dialógica (MOREIRA *et al*, 2024) e de respeito às demandas por direitos e políticas públicas dos movimentos sociais populares do campo, por um lado, e de

formação integral, crítica e humana dos estudantes do curso de economia, por outro lado, gerou importantes frutos. Sobretudo, garantiu o direito de continuidade dos estudos de pós-graduação às famílias assentadas e acampadas da reforma agrária, historicamente excluídas destes processos na formação socioeconômica do povo brasileiro. Qualificar a atuação destes sujeitos sociais nas lutas cotidianas em defesa da reforma agrária, da agroecologia, e em busca de melhores condições de vida para as famílias camponesas, dá um novo sentido ao projeto de uma universidade socialmente referenciada e de uma sociedade mais justa.

Assim, a consolidação do curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário na Ufes representa uma conquista importante dos movimentos sociais que lutam por uma Reforma Agrária Popular (DIAS *et al*, 2021), por uma universidade e por uma educação comprometidas com a transformação social. Representa, por fim, passos importantes de um projeto mais amplo de universidade e de sociedade que almejamos, com mais respeito aos povos dos campos, das águas e das florestas. A Educação do Campo nesta perspectiva, constitui-se como luta social pelo acesso ao direito à educação às famílias camponesas, enquanto protagonistas e sujeitos do processo de ensino-aprendizagem (CALDART, 2004). Não é uma educação “para”, nem “com”, mas sim “das” famílias camponesas, expressão autêntica de uma pedagogia “do” oprimido (FREIRE, 1983). Combinando as lutas pela educação com a luta pela terra, pela reforma agrária, pelo direito à cultura, ao trabalho, à soberania alimentar e ao território, uma política

de Educação do Campo defende as especificidades das práticas e lutas que gera. Dimensões estratégicas na construção de uma sociedade com mais humanização.

Referências bibliográficas

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DIAS, A.P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L.H.G. de; VARGAS, M.C. (Orgs.) *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MOREIRA, R.C.; SÁ, L.R. de; ALMEIDA, G.G. Núcleo Universitário de Agroecologia e Reforma Agrária Popular: dialogicidade e extensão. *Revista de Extensão Tecnológica – IFC*, Blumenau, SC, volume 11, n. 22, jul-dez, 2024. p. 55-85.